



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MATO GROSSO

DIRETORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto para os devidos fins, que a empresa **INFLUENTE COMUNICAÇÃO E ESTRATEGIA LTDA**, localizada na Rua Barbosa de Freitas, 1741 – Bairro Aldeota – Fortaleza / CE, inscrita no CNPJ sob nº 28.594.525/0001-11, prestou à pessoa jurídica **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, com sede na Rua Engenheiro Arnaldo Duarte Monteiro, s/n, Quadra 04 Lote 04, Centro Político Administrativo – CEP 78.049-912 – Cuiabá -MT, inscrita no CNPJ sob o nº 02.528.193/0001-83, por meio do Contrato Nº 003/2024/DAC/DPEMT, os serviços de VEICULAÇÃO DE OUTDOOR E VEICULAÇÃO DE BUSDOOR em todas as cidades onde fora solicitado, conforme arte enviada pela contratante.

Atesto que os serviços foram executados satisfatoriamente e que todos os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos até a presente data.

Por ser verdade, firmo o presente.

Cuiabá, 18 de outubro de 2024.



Documento assinado digitalmente

MARIA CAROLINA SANCHES DE ARRUDA

Data: 18/10/2024 16:38:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Carolina Sanches de Arruda

Coordenadora de Publicidade e Propaganda

Diretoria de Imprensa e Comunicação Institucional

Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 003/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA INFLUENTE COMUNICAÇÃO E ESTRATEGIA LTDA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EDITORIALIZAÇÃO, IMPRESSÃO E TRANSPORTE DE LIVROS, BEM COMO SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL OUTDOOR E BUSDOORS, MEDIANTE REGISTRO DE PREÇOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA CAPITAL E NO INTERIOR, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, com sede na Rua Engenheiro Arnaldo Duarte Monteiro, s/n, Quadra 04 Lote 04, Centro Político Administrativo – CEP 78.049-912 – Cuiabá -MT, inscrita no CNPJ sob o nº 02.528.193/0001-83, neste ato representado pela **Defensora Pública-Geral** do Estado, **Drª. MARIA LUZIANE RIBEIRO DE CASTRO**, nomeada pelo ATO Nº. 001/2023, de 02 de janeiro de 2023, publicado no DOE de 03 de janeiro de 2023, inscrita no CPF/MF nº 496.431.501-00, portadora da cédula de identidade RG nº 34.708.580-5 - DIC/RJ, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **INFLUENTE COMUNICAÇÃO E ESTRATEGIA LTDA**, localizada na Rua Barbosa de Freitas, 1741 – Bairro Aldeota – Fortaleza / CE, inscrita no CNPJ sob nº 28.594.525/0001-11, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado (a) por **Estefanio de Melo Silva**, portador do CPF nº 015.372.583-46 considerando a autorização para a aquisição de que trata **Processo nº 37658/2023**, Parecer Jurídico 526/2023 e 545/2023, decorrente do Pregão Eletrônico nº 31/2023, Ata de Registro de Preços 72/2023, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 1.525/2022, Lei Estadual nº 11.123/2020 e todas alterações posteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado e, ainda, pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em editorialização, impressão e transporte de livros, bem como serviços de comunicação visual outdoor e busdoors, mediante Registro de Preços, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, na capital e no interior, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A contratação será realizada por licitação na modalidade Pregão Eletrônico, por registro de preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c o Decreto Estadual nº 1.525/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:

3.1 O valor total da contratação será de **R\$ 192.485,00 (Cento e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais)**.

3.2. Os serviços a serem contratado são:

LOTE 02 – Alta Floresta, Sinop, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso						
ITEM	CÓD. PUG	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	8900	Serviço de veiculação de outdoor OUTDOOR: 9x3 metros, 4x0 cores, impresso em lona 280grs - Impressão e Veiculação pela empresa. Arte	und	20	R\$ 1.400,00	R\$ 28.000,00

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

		produzida e disponibilizada pela contratante. Alta Floresta: 03 Sinop: 04 Lucas do Rio Verde: 05 Nova Mutum: 03 Sorriso: 05				
--	--	--	--	--	--	--

LOTE 03 – Barra do Garças, Rondonópolis, Primavera do Leste

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	8901	Serviço de veiculação de outdoor Barra do Garças: 03 Rondonópolis: 05 Primavera do Leste: 04	und	12	R\$ 1.315,00	R\$ 15.780,00

LOTE 04 – Cáceres, Tangará da Serra

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	8902	Serviço de veiculação de outdoor OUTDOOR: 9x3 metros, 4x0 cores, impresso em lona 280grs - Impressão e Veiculação pela empresa. Arte produzida e disponibilizada pela contratante. Cáceres: 02 Tangará da Serra: 03	und	05	R\$ 1.400,00	R\$ 7.000,00

LOTE 05 – Cuiabá e Várzea Grande

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	8903	Serviço de veiculação de busdoor BUSDOOR: Anúncio em vidro traseiro de ônibus em adesivo em cores, tamanho conforme a especificação do tamanho do vidro, com impressão, aplicação e veiculação sob responsabilidade da contratada. Arte produzida e disponibilizada pela contratante: Cuiabá: 40 Várzea Grande: 20	und	60	R\$ 1.710,00	102.600,00

LOTE 06 – Sinop

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	8904	Serviço de veiculação de busdoor BUSDOOR: Anúncio em vidro traseiro de ônibus em adesivo em cores, tamanho conforme a especificação do tamanho do vidro, com impressão, aplicação e veiculação sob responsabilidade da contratada. Arte produzida e disponibilizada pela contratante	und	23	R\$ 1.035,00	R\$ 23.805,00

LOTE 07 – Barra do Garças e Rondonópolis

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	------	-------------------------	----	-----	-------------	-------------

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

01	8905	<p>Serviço de veiculação de busdoor BUSDOOR: Anúncio em vidro traseiro de ônibus em adesivo em cores, tamanho conforme a especificação do tamanho do vidro, com impressão, aplicação e veiculação sob responsabilidade da contratada. Arte produzida e disponibilizada pela contratante</p> <p>Barra do Garças: 05 Rondonópolis: 10</p>	und	15	R\$ 1.020,00	R\$ 15.300,00
----	------	--	-----	----	--------------	---------------

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E DO PRAZO DA EXECUÇÃO E OU ENTREGA:

4.1. O objeto deverá ser entregue/executado nos seguintes Municípios do Estado de Mato Grosso – DPMT:

- b) Lote 02 – Alta Floresta, Sinop, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso/MT
- c) Lote 03 – Barra do Garças, Rondonópolis, Primavera do Leste/MT
- d) Lote 04 – Cáceres, Tangará da Serra/MT
- e) Lote 05 – Cuiabá e Várzea Grande/MT
- f) Lote 06 – Sinop/MT
- g) Lote 07 – Barra do Garças e Rondonópolis/MT

4.2. A Contratada se obriga ao fornecimento do objeto /a execução do serviço, nos moldes deste instrumento, nos seguintes prazos:

- a) Prazo de 20 dias para a criação de projeto gráfico (identidade visual) para livro, contados do recebimento da Nota de Autorização de Despesa (NAD) que será expedida pela Gerência de Compras da DP-MT;
- b) Prazo de até 25 dias, para a Impressão do livro, contados do recebimento da Nota de Autorização de Despesa (NAD) que será expedida pela Gerência de Compras da DP-MT;
- c) Prazo de 5 dias úteis para devida instalação/veiculação dos Serviços de veiculação de outdoor e busdoor (contados após entrega da arte pela área técnica da Defensoria Pública e escolha do ponto disponível).

4.3. Todas as despesas com o fornecimento/a execução correrão por conta da empresa contratada;

4.4. Não acarretará quaisquer ônus, encargos ou responsabilidades para a Defensoria Pública Estadual, as despesas com funcionários da contratada no fornecimento/execução do objeto;

4.5. A Contratada deverá garantir a qualidade dos bens/serviços adquiridos, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da sua má execução.

4.6. A Contratada obriga-se a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

4.7. Todas as despesas com instalação e mobilização necessárias à entrega do objeto correrão por conta da empresa Contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO:

5.1. Será possível a subcontratação do objeto contratual quando cumulativamente:

- 5.1.1.** Não houver vedação de subcontratação no edital e respeitados eventuais limites nele indicados;
- 5.1.2.** O subcontratado possuir capacidade técnica para execução dos serviços subcontratados, além de cumprir condições de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista;
- 5.1.3.** O subcontratado ou seus dirigentes deverá observar todas as vedações do §3 do art. 122 da Lei 14.133/2021.

5.2. É vedada a subcontratação da totalidade do objeto, a subcontratação da parcela que tenha sido critério de comprovação da qualificação técnica, quando da realização do procedimento de contratação.

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

5.3. Poderá ser subcontratado o objeto pela seguradora para conclusão da sua execução, na forma do art. 102 da Lei 14.133/2021.

5.4. Caberá ao contratado propor a subcontratação por meio de petição fundamentada dirigida ao gestor e devidamente acompanhada da indicação do subcontratado e sua documentação, cabendo à Defensoria Pública Estadual decidir fundamentadamente sobre o pedido.

5.5. A subcontratação não exonera o contratado da responsabilidade pela execução de todo o objeto contratual na forma e no prazo previsto em contrato.

5.6. A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto Federal nº 8.538, de 2015.

5.7. Todas as questões referentes a subcontratação não expressas no presente tópico serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022 c/c Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

6.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato e/ou da expedição da Nota de Autorização de Despesa, nos termos do art. 6º, inciso XVII da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:

7.1. O objeto do contrato será recebido conforme o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e em consonância com as regras definidas no ato convocatório.

7.2. Em havendo disposição diversa em contrato, o recebimento se dará nos termos do art. 294 do Decreto Estadual 1.525/2022:

7.2.1. em se tratando de compras ou locação de equipamentos, pelo fiscal do contrato:

a) provisoriamente, no ato da entrega, após a conferência do bem e quantidade, mediante Relatório, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação contratual;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação.

7.2.2. em se tratando de serviços, pelo fiscal do contrato ou Comissão de Recebimento:

a) provisoriamente, após a conclusão dos serviços, e mediante realização de vistoria para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com a especificação contratual;

b) definitivamente, mediante nova vistoria e relatório detalhado, após as correções e complementações, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, e apresentadas as respectivas documentações exigidas no Contrato.

7.2.3. Constatados defeitos ou inconsistências nos produtos, obras ou serviços, compete à fiscalização rejeitá-los no todo ou em parte, conforme o caso, reduzir a termo o ocorrido e notificar o contratado para saneamento e/ou substituição, no prazo estabelecido no instrumento contratual.

7.2.4. Não sendo sanadas as irregularidades pelo contratado, deverá o fiscal do contrato encaminhar o caso à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades.

7.2.5. Após a vistoria, a fiscalização comunicará oficialmente o contratado, indicando as correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo, e estabelecendo o prazo para a execução dos ajustes, observado o disposto no art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.6. Havendo necessidade premente do serviço ou da aquisição, poderá o fiscal do contrato receber provisoriamente o objeto contratual realizado parcialmente, sem prejuízo de eventual glosa quando do recebimento definitivo.

7.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, bem como não excluirá a responsabilidade pela garantia do(s) produto(s) por vícios ou disparidades em relação às especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se ao contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal nº 8.078/90.

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

8.1. A gestão do contrato será realizada pela Primeira Subdefensoria Pública-Geral, com apoio da área técnica responsável pela execução contratual, em conjunto com a Gerência de Execução e Gestão de Contratos da Defensoria.

8.1.1. A gestão do contrato observará as atribuições elencadas no art. 14 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

8.1.2. O gestor do contrato deverá ainda se atentar ao modelo de gestão contratual, anexo a este Contrato.

8.2. A fiscalização do Contrato será realizada por um servidor da área técnica responsável pelo acompanhamento da execução contratual, em conjunto com o gestor do contrato.

8.2.1. O fiscal do contrato deverá se atentar a todas as atribuições a ele estabelecidas, notadamente pelo art. 15 do Decreto Estadual nº 1.525/2022 e aos procedimentos definidos na Instrução Normativa SCP 02-2022 e atualizações.

8.2.2. O fiscal do contrato deverá ainda se atentar ao modelo de execução contratual, anexo a este Contrato.

8.2.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º) (Franciele – UCI).

8.3. Os gestores e fiscais de contrato devem ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico.

8.4. Fazem parte deste instrumento os modelos de execução do objeto e o modelo de gestão de contrato.

8.5. O gestor e o fiscal de contrato poderão solicitar apoio aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, de acordo com o §3º do art. 312 do Decreto Estadual 1.525/2022.

CLÁUSULA NONA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1. Como critério de medição, para fins de pagamento, será adotado o FORNECIMENTO, nos termos da Nota de Autorização de Despesa (NAD), obedecendo ao valor dos itens registrados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1. Do prazo para pagamento:

10.1.1. O pagamento pela execução do contrato dar-se-á no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da emissão da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, não podendo ultrapassar o prazo previsto no Art. 343, § 1º do Decreto Estadual n. 1.525/2022.

10.1.1.1. O prazo acima mencionado está vinculado ao atesto da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, após a sua emissão, junto a Defensoria Pública Estadual.

10.1.2. O pagamento da nota fiscal, fatura ou documento equivalente observará as condições previstas no contrato em conformidade com o art. 372 e seguintes do Decreto Estadual 1.525/2022.

10.1.3. Verificadas quaisquer irregularidades, a Defensoria Pública Estadual deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação, sem prejuízo do prosseguimento do processo de pagamento.

10.1.4. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Defensoria Pública Estadual, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

10.1.5. É facultada a retenção dos créditos decorrentes dos contratos, até o limite dos prejuízos causados à Defensoria Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

10.1.6. Na hipótese de fatos impeditivos do pagamento decorrentes de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a interrupção destes fatos.

10.1.7. Caso o atraso no pagamento seja motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será corrigido pelo IPCA, conforme apuração desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

10.2. Do pagamento simplificado:

10.2.1. Para realização de pagamentos nos contratos de compra, locação de bens, fornecimento de mercadorias e prestação de serviços, especialmente os contínuos, excluídos os contratos sob o regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, se não houver situação de inexecução contratual, exigir-se-á do contratado, para pagamento, no mínimo:

- a) a prova da regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso;
- b) a prova de regularidade perante a Fazenda Pública do município do domicílio ou sede do contratado.

10.3. Os pagamentos serão realizados mediante a comprovação:

- a) prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso, abrangendo inclusive débitos inscritos em dívida ativa;
- b) prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso;
- c) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, previsto no art. 27 da Lei Federal nº 8.036/1990, em plena validade, relativa à contratada;
- d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (art. 195, § 3º, da Constituição Federal);
- e) prova da regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) prova de regularidade junto à Fazenda Municipal da sede ou domicílio do credor.

10.4. Sendo a prestação de serviços realizada nas dependências da Defensoria Pública Estadual, reter-se-á da contratada o percentual de 11% (onze por cento) do valor da nota fiscal ou fatura descontado o valor relativo ao custo dos materiais, quando houver, e recolher-se-á ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a importância em até 20 (vinte) dias do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura.

10.4.1. O valor retido de que trata o item acima deverá ser destacado na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.

10.5. Os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, social e trabalhista previstos nos itens do pagamento simplificado devem estar válidos até o final do prazo para atesto do respectivo fiscal, não sendo impeditivo para pagamento o seu vencimento após esta data.

10.5.1. O atesto do fiscal deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do protocolo da respectiva nota, fatura, recibo ou documento equivalente, instruído com os documentos exigidos nesta cláusula e respectivo instrumento contratual.

10.6.2. A não comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista nos termos do item anterior não ensejará retenção de pagamento, cabendo ao respectivo fiscal ou gestor adotar as providências para apuração de possível descumprimento contratual.

10.7. Além dos documentos exigidos nos itens sobre pagamento simplificado poderá ser exigido da contratada, para fins de pagamento, os documentos previstos no respectivo contrato ou instrumento equivalente.

10.8. As demais previsões acerca de pagamento não expressas na presente cláusula serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS GLOSAS

11.1. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso poderá realizar glosas nas faturas conferidas, indicando-as nos avisos de crédito a serem enviados à Contratada, nas seguintes hipóteses:

- a) Glosa administrativa: aplicada quando da evidência, pelo fiscal do Contrato ou documento equivalente, do não cumprimento de parâmetros administrativos estabelecidos para a cobrança de

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

serviços, tais como: ausência de assinaturas; rasuras; ausência de apresentação de documentos referentes ao pagamento, etc;

b) Glosa técnica: aplicada quando da ocorrência de cobranças indevidas dos itens que compõem as faturas apresentadas.

11.2. As glosas poderão ser objeto de recurso por parte da Contratada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após seu pagamento, por escrito, onde conste o número da correção informada no aviso, número do contrato, ou documento equivalente, mês da prestação dos serviços, valor recusado e as devidas justificativas, para análise pelo fiscal do Contrato da Defensoria Pública Estadual. Esgotado este prazo, as glosas serão consideradas definitivas.

11.3. Na hipótese de silêncio ou inércia da Contratada quanto às divergências apontadas, decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias para interposição de recurso de glosa, dar-se-á rasa, total e plena quitação de toda e qualquer diferença.

11.4. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso terá prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento formal do recurso, para apresentar à Contratada, também por escrito, o resultado da análise realizada, providenciando os devidos acertos, se for o caso.

11.5. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso poderá, também no prazo de 60 (sessenta) dias após os pagamentos, proceder a correções em virtude da identificação de questões não verificadas quando do processamento das faturas.

11.6. Fica acordado que os acertos a serem realizados acontecerão sempre de acordo com os calendários de pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Dotação Orçamentaria: 10101.0001.03.122.036.2007.9900.339000000.15000000.08.1
Dotação Orçamentaria: 10101.0001.03.131.036.2014.9900.339000000.15000000.08.1
Dotação Orçamentaria: 10101.0001.03.131.036.2014.9900.339000000.15000000.08.1
Dotação Orçamentaria: 10101.0001.03.122.036.2007.9900.339000000.15000000.08.1
Dotação Orçamentaria: 10101.0001.03.131.036.2014.9900.339000000.15000000.08.1
Dotação Orçamentaria: 10101.0001.03.131.036.2014.9900.339000000.15000000.01.1
Elemento de despesa: 39

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DO OBJETO:

13.1. A Contratada deverá apresentar prazo de garantia do objeto no prazo de até 30 (trinta) dias, garantindo a qualidade dos produtos utilizados na veiculação da publicidade.

13.1.1. Em havendo a necessidade de substituição em virtude de não apresentar condições de uso, apesar de a garantia estar adequada, a Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para troca desse produto/reexecução do serviço, sem custo adicional para a contratante, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

13.2. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual, e será de 5%, nos termos do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1. Será possível a realização de acréscimos ou supressões de quantitativos do objeto, nos termos do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c art. 279 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE CONTRATUAL:

15.1. A data-base para eventual concessão de reajuste será a data da proposta da empresa vencedora, cujo interstício mínimo para deferimento será o período de doze meses, contado da data-base, indexado pelo INPC.

15.1.1. Considerando que o contrato prevê duração inferior a esse período, o reajuste somente será concedido caso haja prorrogação excepcional que dê ensejo à anualidade.

15.2. As demais previsões acerca de pagamento não expressas na presente cláusula serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA REVISÃO:

16.1 A revisão será concedida nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto Estadual nº 1.525/2022.

16.1.1 O prazo para respostas dos pedidos de revisão será de 60 dias úteis.

16.2. As demais previsões acerca da revisão não expressas na presente cláusula serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

17.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, a contratada se compromete a:

17.1.1. Após a homologação da licitação, assinar a Ata de Registro de Preços e/ou o Contrato no prazo, máximo, de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação oficial;

17.1.2. Manter contato com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso sobre quaisquer assuntos relativos aos bens/serviços contratados, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

17.1.3. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

17.1.4. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

17.1.5. Fiscalizar o perfeito cumprimento da prestação a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

17.1.6. Comunicar imediatamente à Defensoria Pública qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência;

17.1.7. Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, com relação aos bens fornecidos/execução de serviço;

17.1.8. Executar a prestação, conforme a solicitação da Defensoria Pública, obedecendo a proposta apresentada, dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com as especificações do Termo de Referência, proposta de preço apresentada, ata de registro de preços, contrato e/ou documento equivalente responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

17.1.9. Manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, contrato, e/ou documento equivalente a este, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação;

17.1.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Defensoria Pública, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Defensoria, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando do fornecimento ora contratado;

17.1.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria Pública, no tocante ao fornecimento do produto/prestação de serviço, assim como ao cumprimento das obrigações constantes do contrato ou documento equivalente a este;

17.1.12. Indenizar terceiros e/ou este Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

- 17.1.13.** Incluir todas as despesas relativas ao objeto contratado nos preços ofertados (tributos, seguros, encargos sociais, frete, etc);
- 17.1.14.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Defensoria Pública do Estado;
- 17.1.15.** Responsabilizar-se por todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento/execução do serviço em questão, bem como pelos Contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo esta instituição de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- 17.1.16.** Credenciar junto a esta Defensoria um preposto para prestar esclarecimentos e atender às reclamações/solicitações que surgirem durante a execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;
- 17.1.17.** Cumprir quaisquer outras exigências legais pertinentes ao objeto, que por ventura não tenham sido explicitados no Termo de Referência, ata de registro de preços, contrato e /ou documento equivalente;
- 17.1.18.** Fornecer os bens/executar o serviço dentro do quantitativo estimado na tabela constante neste instrumento;
- 17.1.19.** Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando ao correto fornecimento dos produtos/ prestação do serviço;
- 17.1.20.** Utilizar empregados capacitados, com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 17.1.21.** Adotar, se for o caso, os princípios da logística reversa na execução do objeto (descarte, rotas de entrega, parcerias, políticas de devolução, etc).
- 17.1.22.** Adotar, no que couber, práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010(Do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA:

- 18.1.** A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso obriga-se a:
- 18.1.1.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratadas, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada nas dependências da Defensoria Pública;
- 18.1.2.** Permitir ao pessoal da Contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de segurança;
- 18.1.3.** Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos/ prestação de serviço;
- 18.1.4.** Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste instrumento, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa fornecedora dos produtos/prestação dos serviços ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;
- 18.1.5.** Receber os bens/serviços, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento;
- 18.2.** Recusar os bens/serviços devolvê-los nas seguintes hipóteses:
- 18.2.1.** Que apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;
- 18.2.2.** Que possuírem nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Contrato;
- 18.2.3.** Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste.
- 18.2.** Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo, o qual deverá atender aos termos do Decreto Estadual nº 1.525/2022, após o recebimento definitivo dos produtos/serviços, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente desde que a Nota Fiscal esteja atestada por responsável da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

18.3. Se for o caso, exigir a substituição, de qualquer empregado ou preposto da Contratada que não atue adequadamente no trato dos serviços, estiverem sem uniforme ou crachá, que produza complicações com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

18.4. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - DPMT coibirá situações associadas a Assédio Moral, Sexual ou Discriminação conforme Resolução Nº 006/2023/DPG, promovidas no âmbito da relação contratual administrativa cometidas por agentes públicos no relacionamento entre seus servidores e a contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1. Com previsão no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c com o Decreto Estadual nº 1.525/2022, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

19.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

19.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Defensoria Pública Estadual, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

19.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

19.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

19.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. 366 do Decreto nº 1.525/2022 as seguintes sanções:

19.2.1. advertência;

19.2.1.1. A sanção de advertência será aplicável nas hipóteses de inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo licitante ou fornecedor e que não justifique imposição de penalidade mais grave, nos termos do artigo 368 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

19.2.2. multa;

19.2.2.1. A sanção de multa será aplicada isolada ou cumulativamente com outras penalidades no caso de atraso injustificado ou em qualquer outro caso de inexecução que implique prejuízo ou transtorno à administração na forma prevista em edital ou em contrato.

19.2.2.2. Fica fixado o percentual da multa pelo descumprimento do contrato em 30% do valor contratado.

19.2.3. impedimento de licitar e contratar;

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

19.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

19.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.3.4. os danos que dela provierem para a Defensoria Pública;

19.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, bem como no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) no âmbito Estadual.

19.5. É admitida a reabilitação do licitante ou Contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

19.5.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

19.5.2. pagamento da multa;

19.5.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

19.5.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

19.5.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.6. Todas as questões referentes as sanções administrativas não expressas na presente cláusula serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022 c/c Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PRERROGATIVAS DA DEFENSORIA PÚBLICA:

20.1. A Contratada reconhece os direitos da Defensoria Pública Estadual concernente a:

20.1.1. Extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados no artigo 104 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c com o Capítulo X do Decreto Estadual nº 1.525/2022;

20.1.2. Aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato;

20.1.3. Fiscalizar a execução do ajuste.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

21.1. O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c com Capítulo X do Decreto Estadual nº 1.525/2022, acarretando as consequências previstas legalmente;

21.2. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa.

21.3. A rescisão, por algum dos motivos previstos Lei Federal nº 14.133/2021, não dará ao Contratado direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial;

21.4. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da Contratante, a retenção dos créditos decorrentes do futuro e eventual Contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste até a completa indenização dos danos;

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

21.5. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela Contratante, previstas no Contrato e comprovadamente realizadas pela Contratada.

21.6. Todas as questões referentes a extinção contratual não expressas na presente cláusula serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022 c/c Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

22.1. Em virtude da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, fica estabelecido que:

22.1.1. A Contratada obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como com as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores da matéria, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

22.1.2. O contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso ou dos clientes deste para a Contratada.

22.1.3. A Contratada tratará os dados pessoais a que tiver acesso em virtude do contrato apenas para a execução e na medida do necessário para atender as finalidades do objeto contratado.

22.1.4. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso não autoriza a Contratada a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais objeto do Contrato.

22.1.5. A Contratada não poderá, sem autorização e/ou instruções prévias da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou a quaisquer outras informações a terceiros.

22.1.6. A Contratada deverá manter sigilo das operações de tratamento de dados pessoais que realizar em razão do contrato, bem como implementar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais seja estruturado de forma a atender aos requisitos de segurança, padrões de boas práticas de governança e princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

22.1.7. As obrigações de sigilo e processamento dos dados pessoais impostos à Contratada se estendem a seus prepostos e subcontratados (se autorizado em contrato), garantindo que o acesso aos dados pessoais somente seja concedido às pessoas designadas para executar as atividades descritas no Contrato e que estejam sob obrigação de confidencialidade com relação aos dados pessoais tratados.

22.1.8. A Contratada deverá realizar as atividades de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato segundo as instruções lícitas e documentadas fornecidas pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso; conforme a política de privacidade e demais normas internas da Defensoria Pública Estadual; bem como da legislação pertinente à proteção de dados pessoais, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente causar à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e a terceiros, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

22.1.9. A Contratada responderá administrativa e judicialmente, sem prejuízo de eventual reparo a dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, que causar a terceiros, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato, por violação à legislação de proteção de dados pessoais e às instruções lícitas da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, bem como por violação da segurança, nos termos do Parágrafo único do Artigo 44 da LGPD.

22.1.10. A Contratada fica obrigada a garantir a segurança da informação prevista na LGPD, nas normas regulamentares pertinentes e no instrumento contratual, em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.

22.1.11. A Contratada deverá notificar a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados, bem como sobre reclamações e solicitações dos titulares de Dados Pessoais bem como

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

intimações e notificações judiciais ou de outras autoridades públicas, que venha a receber em razão do contrato.

22.1.12. A Contratada se compromete a cooperar e a fornecer à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no prazo estabelecido, todas as informações relacionadas ao tratamento de dados pessoais que estiverem sob sua custódia em razão do contrato e que sejam necessárias para responder às solicitações ou reclamações feitas com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

22.1.13. A Contratada deverá notificar a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, por escrito e imediatamente após tomar ciência do fato, sobre a ocorrência de incidente de segurança envolvendo dados pessoais tratados em razão do contrato. Essa notificação deverá conter, no mínimo:

- a) data e hora provável do incidente;
- b) data e hora da ciência pela Contratada;
- c) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente;
- d) número de titulares afetados e demais informações sobre os titulares envolvidos;
- e) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes;
- f) os riscos relacionados ao incidente;
- g) dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido;
- h) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata.

22.1.14. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da Contratada com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que a Contratada possui perante a LGPD e o Contrato.

22.1.15. A Contratada arcará com todos os custos, incluindo indenizações e penalidades aplicadas à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso por eventuais danos que esta venha a sofrer em decorrência do uso indevido dos dados pessoais por parte da Contratada, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança (técnica e administrativa), descumprimento das regras da lei geral de proteção de dados citadas no contrato e das orientações do Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, sem prejuízo da aplicação das penalidades do contrato.

22.1.16. A Contratada declara que, caso utilize sistema próprio para armazenamento dos dados fornecidos pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso para execução dos serviços:

- a) adotará procedimentos e controles, abrangendo, no mínimo, a autenticação, a criptografia, a detecção de intrusão e a prevenção de vazamento de informações e dados recebidos da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso para execução do objeto do Contrato;
- b) realizará testes e varreduras para detecção de vulnerabilidade, mantendo seus sistemas eletrônicos livres de programas maliciosos;
- c) efetuará a gestão de acessos aos seus sistemas eletrônicos pelos seus prepostos, de forma efetiva, assegurando o cumprimento das obrigações do Contrato e da legislação reguladora;
- d) manterá o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- e) seguirá os padrões de segurança técnica e procedimentos de segurança das informações testadas e validadas e referendados pelo Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso por meio do contrato ou em suas Políticas de Governança, de Segurança da Informação e de Privacidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS:

23.1. Os casos omissos da contratação serão resolvidos através dos seguintes dispositivos legais: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 10.406/2002, Lei Federal nº 8.078/1990, Decreto Estadual nº 1.525/2022, Lei Estadual nº 11.123/2020 e todas alterações posteriores e, supletivamente, dispositivos legais aplicáveis e vigentes, bem como os princípios da teoria geral dos contratos, disposições de direito administrativo e direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO:

24.1. Vincula-se ao contrato e/ou documento equivalente a este, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, proposta da Contratada, e a Nota de Autorização de Despesa.

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

25. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais

Cuiabá/MT, 09 de janeiro de 2024.

MARIA LUZIANE
RIBEIRO DE
CASTRO:49643150100

Assinado de forma digital por
MARIA LUZIANE RIBEIRO DE
CASTRO:49643150100
Dados: 2024.01.17 16:11:07 -04'00'

MARIA LUZIANE RIBEIRO DE CASTRO
Defensora Pública Geral
Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso



Documento assinado digitalmente
ESTEFANIO DE MELO SILVA
Data: 16/01/2024 10:46:53-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

INFLUENTE COMUNICAÇÃO E ESTRATEGIA LTDA
Rep. Legal: Estefanio de Melo Silva

Testemunha:
1º MARCIA ELENA
TALAVERA DA
SILVA:5708036
4191

Assinado de forma
digital por MARCIA
ELENA TALAVERA DA
SILVA:57080364191
Dados: 2024.01.18
14:01:09 -03'00'

2º VITOR LUCAS DOS
SANTOS
SILVA:04915413250

Assinado de forma digital por
VITOR LUCAS DOS SANTOS
SILVA:04915413250
Dados: 2024.01.18 14:07:50 -04'00'